

O papel das políticas culturais em duas localidades do Litoral Oeste – um estudo de caso¹

Sílvia Moura

1. Cultura, tradição e modernidade

A questão do *lugar* da Cultura no actual cenário da Modernidade, tem vindo a surgir como elemento crucial no entendimento da evolução das sociedades contemporâneas. A sua compreensão e definição passam, segundo alguns autores, por aplicarmos uma visão global e abrangente. Por exemplo, para Augusto Santos Silva (1986), “a cultura abrange as práticas simbólicas do homem, os *modos de*, os códigos estruturados da conduta “ (Silva, 2000:14). Podemos, então falar de cultura no sentido lato, mas também podemos falar de cultura no sentido restrito enquanto domínio específico, tendo de atender tanto aos “mecanismos da mudança e da reprodução das manifestações culturais” como aos “modos ideológicos” de as conceber (Azevedo, 1997:171).

Por outro lado, a cultura – elemento totalizante e estruturante das sociedades – não pode nem deve ser dissociada do desenvolvimento já que, “servindo de contexto à inteligibilidade social e teórica dos processos, dos comportamentos e das instituições sociais” (Azevedo, 1997:172), a cultura constrói os alicerces da história, da sociedade e dos indivíduos de uma determina civilização. Nesta óptica, o desenvolvimento cultural, como processo social, ganha cada vez mais sentido. Vincula-se mas não se esgota na dimensão económica das sociedades, pelo que o conceito de desenvolvimento tal como contemporaneamente entendido tem a sua dimensão social e cultural. É o desenvolvimento mais como projecto, construção e finalidade, e não como “*um estado*” (Silva, 2000:143).

É então como factor de modernidade, porque engloba os processos e situações característicos da actualidade, que o conceito - *desenvolvimento cultural* deve ser encarado. Enquanto processo é ainda tridimensional por ser onde o global, central e local se relacionam de forma dialéctica e entrecruzada. Mas pensar o desenvolvimento cultural no contexto da modernidade implica reconhecê-la híbrida e complexa. Ou seja, um contexto onde se encontram tradição e modernidade em “diferentes maneiras de racionalizar a experiência” (Conde, 1998:79). Essas maneiras e essa experiência só podem ser identificadas em função dos contextos onde ocorrem.

Assim, para reflectirmos em termos culturais o desenvolvimento temos, na perspectiva de Santos Silva (1986), de perceber e conjugar “necessidades + *desejos*” (Silva, 2000:142) – numa visão relacional -, articulando todos os domínios desde o económico, o social, passando pelo político e cultural, e, considerar ao mesmo tempo este processo coexistente com outras tantas dimensões de carácter mais difuso e transversal, não explicáveis por isso, em leituras lineares e simplistas. Ainda se percebermos que a função da cultura ilumina o “lado do ser e da identidade e o desenvolvimento (...) o lado do agir e da acção, é para ficarmos intelectualmente mais preparados para entender quanto o agir deve ao ser e quanto o ser deve ao agir” (Silva, 2000:2).

O facto de a modernidade incorporar a *tradição* – como elemento de uma cultura – leva também a concluir que “uma boa maneira de perspectivar a nossa análise pode partir dos processos de permanência das estruturas ou práticas sociais” (Silva, 2000:11). Enquanto processo dinâmico, a tradição atravessa o tempo e o espaço, estruturando práticas e sociabilidades e mesmo num contexto como o actual, ela ganha ou reveste-se de novo sentido. Por este motivo, a tradição não pode ser vista, “como a inércia ao movimento, a resistência à acção, ou o passado ao futuro” (Silva, 2000:11). Como elemento socializante, porque

¹ A presente comunicação tem como base a Tese de Licenciatura realizada e defendida em Setembro de 2002 no ISCTE, sob a orientação científica Doutora Idalina Conde. Tratando-se de um estudo de caso realizado em duas localidades do Litoral Oeste – Óbidos e Caldas da Rainha -, procurou-se através deste método, captar e conhecer o sentido dos processos sociais e dinâmicas culturais nestes territórios. O objectivo compreendia fazer o levantamento e uma reflexão sobre os principais pilares – estruturas, equipamentos, agentes, procuras e planos autárquicos – do dinamismo cultural nestas localidades que enriquecem a cartografia cultural – e regional – do país.

globalizante, objectivo e intersubjectivo, ela confere um sentido de pertença e de identidade aos actores sociais.

Por outro lado, no sentido antropológico, pode ser interpretada como “uma referência cultural” (Silva, 2000:12), já que ao ser vivida e (re)animada, certamente devolve algo que pertence ao passado de uma comunidade. Assim podemos entender que, enquanto fenómeno totalizante e integrador, a tradição favorece a reprodução das identidades culturais, transcendendo o tempo e o espaço, projectando-as no futuro. É portanto, aquilo que Santos Silva chama de “continuidade do passado, uma transmissão ao longo do tempo, um elo entre gerações” (Silva, 2000:11). Também, Idalina Conde (1998) nos chama a atenção para o facto de quando pretendemos abordar a questão da tradição no contexto da modernidade, na realidade isso implica falarmos de “uma actualidade como presente cronológico que sincroniza tradição e modernidade” (Conde, 1998:80) subentendendo diferentes experiências e práticas. Além de diferentes maneiras de viver a mesma experiência.

Essa ligação entre os diferentes tempos – passado, presente e futuro – pode ser vivida, por exemplo, por intermédio da festa tradicional, ainda tão importante no espaço local, ou em rituais e eventos que asseguram identidades. A festa, os rituais e eventos também aproximam «interior» do «exterior», podem caracterizar-se por uma significativa transversalidade sociocultural ou ajudar a recortar diferenças identitárias. É pela centralidade que as festas tradicionais devem ser consideradas no espaço local por um conjunto revelador de características: adesão local, figurino genuíno ou revivalista.

A constituição de uma “comunidade afectiva” (Silva, 1992:691) faz algum sentido quanto existem dúvidas e inseguranças. A possibilidade de viver a tradição, soldada nas manifestações e actividades culturais locais, certamente devolve algum sentido à existência. Numa palavra, à identidade. E é neste sentido o “trabalho institucional de redobramento dos sentimentos de pertença e identificação forjados, no seio de uma dada população, pela partilha de um território humanizado, uma história e uma memória histórica comuns” (Silva, 1992:691) podem engrandecer o contexto local e afirmar o seu papel no conjunto nacional².

Não faz, porém, sentido pensar tudo isto fora da modernidade e de um dos seus traços mais significativos: o da *reflexividade*. Reflexividade que reverte na capacidade – social e individual - de pensar o seu lugar no mundo, e na qual participa a própria “ideia do cultural» - «uma ideia moderna. É a essência da Modernidade” (Lourenço, 1994:21).

É pois neste cenário, que devemos contextualizar o campo cultural. Aí, interessa relevar outra dupla dimensão da modernidade – mediação e globalização -, embora “o fenómeno mediático ainda não devore todas as dimensões da vida, do imaginário e da identidade, e aquela cultura global enfrente o contexto das culturas locais” (Conde, 2000:4). Certo, a “economia-mediático-publicitária detém meios e instâncias de legitimação e de reconhecimento sociais”; no entanto, não “se substituem aos mecanismos tradicionalmente consagrados, mas constituem uma alternativa cultural com *efeitos de porosidade cultural* no campo artístico tradicional” (Azevedo, 1997:173)

2. Aspectos do campo cultural

Abordando agora o campo cultural como domínio específico e de relevo para as políticas culturais, importa uma reflexão em torno das três instâncias que o caracterizam e o mercado cultural em geral – produção, distribuição, recepção -, embora com a salvaguarda da sua especificidade e singularidade face aos outros mercados, como o dos bens de grande consumo. No cultural há lugar para formas próprias de classificação e valorização de produtores e produtos. Os seus objectos/obras pertencem, neste caso, a um mercado de bens simbólicos com a marca da singularidade.

Além disso, o conceito de bem simbólico obriga a uma grande diversidade de realidades em que algumas, como a do património, se articulam com a memória e os imaginários. É uma área em geral tutelada pelo

² Um exemplo ilustrativo desta questão pode ser observado durante a Semana Santa em Óbidos. Neste acontecimento, embora de carácter essencialmente religioso, a população mobiliza-se e concentra-se durante longas semanas na sua preparação. Valores como coesão e solidariedade são materializados nesta festa tradicional e religiosa.

Estado e objecto de definição legislativa³ mas, na contemporaneidade, tem vindo a adquirir contornos mais imprecisos e algo dispersos. Por este motivo, muitos têm sido os discursos construídos em torno da expressão *Património*, assim como têm sido consideradas património outras manifestações culturais que, por razões diversas não o eram anteriormente⁴.

Assim, cada vez mais abrangente, e sem uma definição que possa abraçar expressão tão ampla, a expressão património só faz “sentido quando se refere a uma área patrimonial específica” como nos diz Eduardo Esperança (1997). Efectivamente, um objecto para ser considerado património tem, antes de mais, de ser reconhecido como um conjunto de manifestações humanas características de uma cultura e possuidor de algo diferente, raro e excepcional.

Segundo Eduardo Esperança, assistimos na actualidade a “modalizações de sentido” e a “formas de representação” (Esperança, 1997:67) daquilo que pode ou não fazer da parte do património cultural e que, na sua perspectiva, variam segundo os contextos sociais e políticos onde ocorrem. Um exemplo serão os discursos construídos pela comunicação social relativamente a um determinado objecto. Ou seja, existe na sociedade um conjunto de agentes e instituições que ao reconhecerem que determinado objecto é património cultural e outro não, vão construindo a sua representação e valoração. Do mesmo modo, quando um crítico discursa sobre determinada manifestação artística, será responsável pela sua (des)legitimação: «destruição» ou «construção» da ideia formada em torno da obra de arte e até do autor. No limite, pode decidir fronteiras sobre a sua inclusão na esfera artística.

Por esta razão devemos atender à “forma como os diversos agentes que encontramos no campo representam uma realidade que é suposto ser a mesma, mas que parece variar, dependendo da perspectiva de onde é observada” (Esperança, 1997:90). Adoptemos “racionalidade valorativa” quando o que se pretende é perceber “*os modos*” (Silva, 1994) da experiência patrimonial; perspectivar o que foi alvo de uma classificação cultural.

Sociologicamente não existem objectos culturais sem destino, isto é, não existem objectos que não sejam vistos, apreciados ou depreciados. A hipótese de um artista trabalhar para um público sem o intuito de comunicar, parece estar fora de causa. Tal como o indivíduo, o objecto cultural até ao final do seu percurso, é construído socialmente por diversas entidades - resulta de diversas interacções - que vão do momento em que foi produzido pelo autor/criador passando, pelos diversos agentes culturais até chegar aos seus públicos.

A chegada aos públicos depende, porém, da distribuição/promoção dos bens culturais: um aspecto a contemplar nas políticas culturais que, como no caso do património, não se podem limitar à salvaguarda da sua conservação.

Hoje em dia, assistimos cada vez mais ao surgimento de um interesse por parte das autoridades relativamente ao campo cultural. Se há uns anos atrás, questões como a cultura, desenvolvimento cultural, os seus agentes - criadores e mediadores - não eram perspectivadas segundo moldes culturalmente pensados, na actualidade a tendência é inversa e não pode deixar de se inscrever, também, na problemática do mercado. O mercado da cultura onde a *obra de arte*, a produção artística, passa a ser vista como motivo de investimento e não apenas para deleite ou contemplação estética.

³ Para termos uma primeira noção de património e colocando-nos no plano político ou legislativo, os critérios de classificação para aquilo que pode constituir o património cultural português estão presentes nos Princípios Fundamentais, inscritos na Lei nº 13/85 nos artigos 1º e 2º do Património Cultural Português (Esperança, 1997):

Artigo 1º

“O Património Cultural Português é constituído por todos os bens materiais e imateriais que, pelo seu reconhecido valor próprio, devam ser considerados como de interesse relevante para a permanência e identidade da cultura portuguesa através do tempo.

Artigo 2º

1. É direito e dever de todos os cidadãos preservar, defender e valorizar o património cultural.
2. Constitui obrigação do Estado e demais entidades públicas promover a salvaguarda e valorização do património cultural do povo português (...)

⁴ Um exemplo bem presente e que surgiu há relativamente pouco tempo no nosso país foram as pinturas murais - os *graffitis* ou a *cultura hip-hop* que também é conhecida. De origem urbana e norte-americano, este tipo de manifestação artística, surgiu nos anos 70 nos bairros habitados maioritariamente por afro-americanos e hispânicos. Para um aprofundamento deste tema, sugiro a leitura do livro *Traços e Riscos de Vida - uma abordagem qualitativa a modos de vida jovens*, 1999, cujo coordenador é o investigador José Machado Pais.

Segundo Eduardo Jorge Esperança (1997) o “objecto simbólico é um objecto mediador do reconhecimento” (Esperança,1997:99) e como tal, através dele, são legitimadas e materializadas intenções sociais e identitárias. Trata-se, portanto de um *objecto relacional*, mas com a devida dimensão económica. Várias são as questões sobre os critérios de classificação e valoração do objecto na dupla vertente cultural e económica.

A *percepção cultural* como experiência criativa pode ser construída, instruída e até incentivada. Isto porque a “descoberta de que o mais objectivo é construído simbolicamente” (Esperança, 1997:103) confere legitimidade, aquilo que pode ser considerado objecto cultural e patrimonial. No entanto, a dimensão económica do objecto rege-se por outros princípios. As leis da *oferta* e da *procura* regulam em grande medida o processo de produção cultural, da mesma maneira que regulam outros mercados. Assim, o objecto artístico/patrimonial, para ser alvo do interesse colectivo (e este raciocínio, se quisermos, pode ser aplicado a qualquer objecto patrimonial como o livro, o património edificado ou não, a peça de arte, a festa tradicional, etc) e passar a ser visto como um objecto que interage com os públicos, por mais singular e original que seja, fica a aguardar uma classificação e promoção.

A “sua existência”, como objecto cultural, “depende da dinâmica das relações com uma comunidade de sujeitos que o identificam e, assim criam a rede que o sustenta” (Esperança, 1997:106). Ou seja, ao longo do tempo, o valor que é atribuído ao *objecto simbólico*, depende em grande parte do envolvimento e das acções construídas com a comunidade em torno dele. No fundo a intemporalidade do objecto cultural depende da qualidade e da natureza desta relação.

Do ponto de vista da oferta cultural em Portugal, continua “especialmente muito desigual e assimétrica”, embora com algumas áreas em franca evolução mas sem equivalente directo ao nível da procura. Isto acontece, mesmo com “um novo cenário para práticas e públicos de geografia análoga” (Conde, 2001:9), com interesses e tendências dispersas, procura essa que “deve ser compreendida não apenas pela sociografia dos públicos”, mas igualmente pelos fluxos contraditórios que se operam no mercado cultural e pelas dinâmicas que interagem no campo cultural “no sentido lato, das artes aos media” (Conde, 2001:9).

Nestas dinâmicas, o papel do agente e do mediador cultural revela-se fundamental. Do público ao privado, lucrativo ou não, ele funciona como o elo entre os dois extremos do sector cultural. Intervém no campo cultural com relações desiguais – algumas frágeis – com o poder político institucionalizado, para além dos problemas de relacionamentos com os públicos ao nível das “gramáticas de produção de sentido” (Santos, 1994:423), para usar uma expressão de Maria de Lourdes Lima dos Santos. Parece complexa a relação produção/recepção. Por um lado, existe autonomia na produção cultural (qualquer um pode exprimir-se livremente), por outro a “criação tem de ser entendida como um processo que visa produzir não só as obras, mas também a sua recepção” (Santos, 1994:424).

Não faz, portanto, sentido produzir culturalmente sem ter em conta os segmentos culturais para os quais essas actividades estão viradas, nem pensá-las exclusivamente em termos de distribuição, no sentido economicista do termo. Noutras palavras, falta diminuir a distância entre o universo da criação e da recepção.

Quanto aos campos culturais locais, sendo lugares onde é possível a (re)produção de *uma cultura própria* na verdade neles coexistem “espaços vividos”, e também “lugares de difusão/recepção de manifestações culturais mais vastas e exteriores” (Azevedo, 1997:179), além das de raiz propriamente local. Aí também será possível ensaiar um novo modo de relacionamento com os públicos⁵. Do Museu à Biblioteca Pública⁶, passando pela exposição numa Galeria de Arte, até às mais variadas actividades/iniciativas culturais, o campo cultural procura atrair cada vez mais os seus públicos, procurando

⁵ Um exemplo recente e que aconteceu em Óbidos – um dos contextos deste estudo de caso -, foi a realização do Festival do Chocolate em Novembro, já na segunda edição, que sugere a possibilidade de se realizarem eventos que embora não tendo nada a ver com a localidade, são procurados por diversos públicos tornando-se assim um acontecimento memorável.

⁶ Nos dois concelhos analisados existe, em cada um, uma Biblioteca Municipal. Embora com potencialidades muito distintas – a nível de equipamentos e espaços apropriados para determinadas acções/iniciativas - representam um património importante para as suas populações. Ambas procuram satisfazer a comunidade local, com o objectivo de impulsionar o desenvolvimento cultural e a aproximação ao livro e à leitura, tanto da população mais nova como da mais velha.

para isso formas de atracção até há pouco tempo inimaginadas⁷ e que demonstram a vontade de se adaptarem às tendências e às práticas culturais de hoje.

De uma forma geral, falar “de novos públicos pressupõe uma reflexão sobre a heterogeneidade do público em geral” (Lima dos Santos, 1994:424), da mesma maneira que os consumos culturais implicam critérios diversificados de *gosto*. O *gosto*, fenómeno por excelência abordado pelo sociólogo francês Pierre Boudieu (1979) na sua obra *La Distinction*, parece surgir como um dos elementos reguladores do processo cultural. Segundo este autor, “o *gosto* como faculdade de julgar os valores estéticos de maneira imediata e intuitiva é indissociável do gosto, no sentido da capacidade de discernir os sabores próprios e nutritivos em detrimento de outros”⁸. Isto é, o *gosto* exprime certas preferências culturais em detrimento de outras e configura a pluralidade de práticas culturais.

Mas a descentralidade e flexibilidade com que hoje o campo cultural se depara ao nível das práticas e dos gostos, reflecte-se, “não somente entre as diferentes classes sociais, mas no interior da mesma classe” (Lima dos Santos, 1994:425). Ou seja, se por um lado existem teorias que sustentam que os consumos culturais reflectem diferenças de classe, outras afirmam o seu esbatimento. Embora, o “consumo dos bens tradicionalmente classificados de elites continua a ter de associar-se a uma minoria”. Porém será incorrecto pensar-se que continua “a ser uma minoria muito restrita”, até porque “as exigências de rentabilidade dos museus, orquestras, espectáculos de teatro ou dança reclamam mais e maiores audiências” (Lima dos Santos, 1994:425).

A lógica do mercado cultural tem, então, que se «render» à evidente plasticidade da procura actual. Ainda a este respeito, o relatório elaborado pelos dois Ministérios Educação e Cultura⁹ salienta que mais importante do que o conceito de “procuras”, devemos procurar definir o conceito de “públicos”. São apontadas duas razões fundamentais nesta perspectiva. A primeira, “é que se trata de chegar ao mais largo e diversificado leque de grupos que seja possível, e qualquer que seja o critério de classificação (idade, instrução, residência, condição socioprofissional, origem, etc.)” (M.E.2001:163). Como segunda razão, o facto de se tratar de uma perspectiva ampliada, e em “particular quando os seus promotores são entidades do Estado, local ou central”, sendo por isso necessário desenvolver “uma acção cívica, conduzida em nome dos direitos das pessoas” (M.E,2001:163). Ou seja, é mais importante “proporcionar possibilidades e formas de contacto com a cultura” pensando ao mesmo tempo em “alargar os circuitos daqueles que materializam os contactos”, para finalmente, num terceiro momento, “tornar regulares os consumos” (M.E,2001:165). Noutros termos, o que se pretende é, procurar ampliar as actividades culturais, portanto *culturalizar a acção* de forma a inverter a realidade.

3. Políticas culturais - nacionais e locais – alguns aspectos¹⁰

À heterogeneidade dos espaços culturais corresponde a dos públicos. Levando em conta esta relação, as políticas culturais não podem ser pensadas unicamente em termos instrumentais e economicistas; antes, numa lógica sistémica e relacional onde possam entrar outros factores como “acções estruturantes”. Isto é, acções que promovam equilíbrios e o desenvolvimento efectivo do campo cultural, reforçando simultaneamente a participação de todos e consequentemente a procura para o bens culturais. Do mesmo modo, A. Santos Silva (1997) sugere que, estas acções deverão ser todas aquelas que “permitem garantir suportes físicos, humanos, organizativos e financeiros às actividades dos agentes culturais, sejam eles mais criadores ou usufruidores de bens culturais” (Silva, 1997:44). Com isto entende-se a importância do papel

⁷ Referi-me, por exemplo, à campanha de divulgação dos museus promovida pelo Instituto Português dos Museus (IPM) a propósito do Dia Internacional dos Museus – 18 de Maio – com a inclusão de um *site* na Internet durante duas semanas, onde eram apresentados alguns museus (aqueles que estão sobre a sua tutela) e seus serviços, em Maio de 2002.

⁸ Boudieu, Pierre, *La Distinction*, op.cit, pág 110 (tradução ligeiramente alterada), 1979.

⁹ Cf. Silva, Augusto Santos (cood) “A Educação artística e a promoção das artes, na perspectiva das políticas públicas: relatório do Grupo de Contacto entre os Ministérios da Educação e Cultura”, - 1º edição, *Colecção Educação para o Futuro*, Lisboa, M.E., 2000.

¹⁰ Para um melhor aprofundamento desta matéria – investimentos efectuados nos diversos sectores da cultura, proponho a leitura de duas obras fundamentais - Santos, Maria de Lourdes Lima (cood), *As Políticas Culturais em Portugal*, Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 1998, II Parte, págs 119-261 e ainda – Neves, José Soares, *Despesas dos Municípios com Cultura*, do mesmo Observatório, Lisboa, 2000.

desempenhado por instituições como Câmaras Municipais, Museus, Bibliotecas, Associações, etc, no espaço local.

Relativamente à produção legislativa de políticas e medidas para o campo cultural, só na década de 80 esta realidade passou a enunciar-se para a concretização do desenvolvimento cultural do país. Em finais de 70 emergia uma nova visão do campo cultural e da cultura que entrava para o debate político já no decurso dos anos 80 como projecto para o desenvolvimento. Eram, então, discutidas questões relacionadas com o património e preservação, democratização da cultura e identidade cultural. Com o objectivo do desenvolvimento e expansão do país, aparecia “lançada concepção da cultura como consenso”(Santos, 1998:69).

Cronologicamente, podemos observar que durante a governação social democrata são feitas, fundamentalmente, referências que procuram a salvaguarda do património e da língua portuguesa. No período seguinte, o governo socialista procura desenvolver medidas que promovam a inventariação do património bem como a reformulação dessas medidas no sentido de consolidar esta matéria (Santos, 1998). No entanto, verifica-se que na grande parte dos agentes implicados a área patrimonial tem sido alvo de falta de transversalidade, isto é, falta de políticas coerentes e globalizantes. Por outro lado, dada a amplitude do sector, a atitude mais comum caracteriza-se por uma certa “descoordenação e desresponsabilização” (Santos, 1998:244). Contudo, e apesar dos escassos meios disponibilizados para a dinamização do sector, verifica-se que existe algum interesse na “recuperação de alguns imóveis emblemáticos; a maior preocupação com áreas envolventes dos monumentos e a protecção dos centros históricos” (Santos, 1998:248).

Situando-nos agora no plano político-cultural local, as transformações dos últimos 10-15 anos permitiram que as cidades de média e pequena dimensão se projectassem muito além muros. Actualmente, este território toma a cultura como um “vector dos rituais de apresentação de si, de ocupação e travessia do espaço público e de interacção expressiva entre grupos” (Silva, 1997:38). O que está em jogo nesta perspectiva é o facto de nos dias de hoje, certos fenómenos, como por exemplo determinadas actividades e iniciativas, ou até mesmo algumas práticas ligadas a rituais de tradição, representarem uma mais-valia para qualquer cidade e vila. Inclusive em receitas económicas que revertem a favor do concelho, e em termos gerais através da criação de novos fluxos para os bens culturais e no incentivo à procura cultural e local.

Todavia, a preocupação das autarquias em questões relacionadas com a cultura (património, bens culturais, eventos, iniciativas, actividades, etc) é recente. Primeiramente foi necessário intervir “a níveis básicos muitas vezes no «grau zero» desse poder local” (Conde, 2001:6), para só depois se pensar em termos culturais e patrimoniais¹¹. O cenário agora é outro. A centralidade de questões como “defesa do património local”, “preservação da identidade cultural local” e outras mais, têm cada vez mais visibilidade no debate público e político. As cidades, mesmo aquelas de pequena dimensão, procuram “convocar uma rede de actividades económicas”, que passam pela oferta cultural não se limitando, por isso, “à oferta de uma fruição aparentemente desinteressada ou supérflua” (Silva, 1997:38).

A procura de incentivos e de recursos que possam promover a vila ou cidade culturalmente passou a fazer parte do quotidiano das autarquias. O “terciário superior”, denominação sugerida pelo autor para o mercado dos bens culturais, tornou-se uma realidade não ignorada. Por outro lado, estes territórios não se encontram dissociados ou isolados do processo global de desenvolvimento. Na realidade, o processo da globalização (espécie de paradigma de desenvolvimento) incentivou cidades e vilas a tomarem iniciativas mais arrojadas, procurando colocar-se no espaço global e projectando as suas identidades além fronteiras. E isto porque, o processo de globalização “questiona os enquadramentos espaciais, diluindo fronteiras, encurtando distâncias, acelerando brutalmente a velocidade de circulação de ideias, produtos, projectos” (Silva, 1997:39), numa constante interrogação da posição ocupada face aos outros, face ao mundo e também ao desenvolvimento. Do ponto de vista cultural, por este questionamento passam duas ópticas: uma (re)acção cultural face à homogeneização global, ou “cultural global”, e/ou um (re)posicionamento *do lugar* face às assimetrias existentes dentro do país.

¹¹ A título de exemplo, pode-se constatar a larga delegação de competências para as autarquias pela Lei nº18/91, de 12 de Junho (com base no Decreto-Lei nº 100/84 de 29 de Março). Nos artigos 2º, nº 1 define-se que “É atribuição das autarquias locais o que diz respeito aos seus interesses próprios, comuns e específicos das populações respectivas e, designadamente: a) À administração de bens próprios e sob a sua jurisdição; b) Ao desenvolvimento; c) Ao abastecimento público; d) À salubridade pública e saneamento básico; e) À saúde; f) À educação e ensino; g) À cultura, tempos livres e desportos; h) À defesa e protecção do meio ambiente e da qualidade de vida do respectivo agregado populacional; i) À protecção civil” (Reis et al.,1994:95).

Relativamente à questão da distribuição de recursos e equipamentos culturais, a “subalternidade” do país em relação à capital Lisboa e do norte relativamente à cidade do Porto (Silva, 2000:120), não tem contribuído para o desenvolvimento geral. Embora pesada, esta realidade parece contudo, reversível. Um exemplo será o papel da intervenção cultural como forma de colmatar determinadas deficiências. Por isso, tudo leva a crer que não é por acaso que muitas das iniciativas locais surjam como uma “contra-resposta identitária” (Conde, 2001:4) a certos condicionalismos e acabem por reverter na identidade cultural dessa localidade.

O desempenho das autarquias surge como factor dos mais relevantes. Cabe-lhes a promoção “de um património cultural sustentado” e uma “democratização cultural” desinteressada (Pinto, 1994:770) no apoio às iniciativas e eventos culturais - locais, mas também chegados de fora -, e incentivo à participação colectiva. José Madureira Pinto, acrescenta a necessidade de “distinguir de um mero amontoado de medidas avulsas, sobre determinadas pelos ritmos do ciclo eleitoral”, as conscientes com a democratização cultural visando “recursos humanos especializados e recursos financeiros e organizacionais avultados à preservação e enriquecimento do património cultural acumulado”. Devemos entender por património acumulado, todas as entidades e instituições que promovem actividades e iniciativas culturais, desde a mais elaborada até à mais simples, incluindo “espaços naturalmente preservados” que de alguma forma sejam significativos para os espaços locais (Pinto, 1994:770).

Neste sentido, as intervenções culturais no espaço público têm um papel preponderante porque possibilitam a “realização de mercados em matéria cultural, isto é, de reforço e alargamento da procura” (Silva, 1997:41). Noutros termos, para além de salvaguardar e proteger o património e a identidade cultural, devem ser reunidas as condições necessárias – económicas, políticas e sociais – para depois se pensar em termos culturais a acção e intervenção no terreno público.

4. Considerações Finais¹²

O interesse por desenvolver uma reflexão em torno da problemática da cultura, mais precisamente sobre – **a aplicação das políticas culturais em contextos locais** – conduziu-me ao *estudo de caso* apresentado.

Ao conceber este trabalho como uma abordagem ao campo cultural destas duas localidades, de alguma forma assumi que ela não me levaria a um final conclusivo, mas antes a algumas considerações finais. Quero com isto dizer que ao tomar o *campo cultural* como objecto de estudo e querendo fazer uma perspectiva comparativa das *políticas culturais locais*, na realidade, estava implícito não chegar a conclusões documentadas dada a natureza do método utilizado. O objectivo do trabalho compreendia: captar e conhecer o sentido dos processos sociais e dinâmicas culturais – estruturas, agentes, procuras e planos autárquicos dentro deste território localizado.

Em primeiro lugar, a abordagem ao campo cultural permitiu perceber que, no âmbito das políticas culturais nacionais, os últimos 10-15 anos representaram a viragem na conceptualização da cultura em geral e do valor que este elemento tem no quadro do desenvolvimento do país, em particular. A questão fundamental da descentralização cultural e dos incentivos promovidos no sentido da divulgação da cultura, conservação/preservação do património e da língua portuguesa, certamente ganharam novo alento nestes últimos anos. Contudo, é possível reconhecer que esta questão está longe de atingir o «grau óptimo», isto é, à “crescente visibilidade cultural, não chegou a responder uma política cultural” (Santos, 1998:411) coerente, sistemática e com aplicação prática de acordo com as especificidades subjacentes ao mosaico nacional. Outro obstáculo à sua concretização, parece também manifestar-se nos diferentes tipos de envolvimento que cada um – poder *central*, poder *regional* e *local* - têm com a cultura e património, para além do tipo de relação que cada um consegue estabelecer com a sociedade civil.

E, o reconhecimento de que a *cultura* e o *desenvolvimento* são processos indissociáveis na (re)construção das identidades sociais e culturais, fez com que esta realidade ganhasse outro estatuto no quotidiano das autarquias locais. Além disto, a nova consciência patrimonial face ao *lugar cultural* por parte daqueles que se encontram mais directamente envolvidos com as questões culturais e patrimoniais do

¹² As considerações finais aqui apresentadas baseiam-se na recolha de dados no terreno. Para isso foram elaborados 5 guiões de entrevista semi-directiva destinados a cada um dos agentes privilegiados – Câmara Municipal, Bibliotecas, Associações, Escola Pública de Ensino Artístico e Museus e depois analisado o seu conteúdo.

território – autarquias, museus, bibliotecas, associações, escolas, etc. -, parece ter o seu reflexo ao nível das acções e intervenções desenvolvidas no campo cultural local. Noutras palavras, cultura é hoje sinónimo de desenvolvimento local.

Como tal, toda a acção em torno das questões culturais é vista como projecto que deve envolver todos – dos produtores aos mediadores – e não, como algo inalcançável e difuso. É, então, nesta óptica - na criação de sinergias e na articulação dos diferentes pólos culturais -, que as autarquias e os agentes culturais apostam e planeiam a cultura, a mudança e a afirmação cultural do lugar. Por outro lado, a nova consciência cultural face ao *património* - símbolo da herança cultural e afectiva de uma comunidade -, no âmbito das políticas culturais locais (Esperança, 1997), passou a fazer parte dos discursos das autarquias locais na defesa da identidade cultural local e motivo de investimento. Através da valorização do património local – edificado e simbólico – as cidades de pequena/média dimensão e vilas animam e reanimam as suas práticas de raiz mais popular mas não excluem as outras de matriz mais exterior. Na realidade, é assim também que elas se vão adaptando aos novos “*modos de*” viver a cultura, o património e o próprio espaço cultural.

Em segundo lugar, na dinamização dos espaços, a *animação cultural* tem vindo a ganhar novo estatuto. A sua planificação parece obedecer cada vez mais às especificidades e características do território cultural local¹³. Se em Óbidos, grande parte das acções e iniciativas culturais parecem surgir em função de uma procura cultural específica mas associada a um cosmopolitismo, nas Caldas assistimos a uma maior diversidade de acontecimentos culturais, dirigidos na maioria das vezes a públicos ligados ao ensino artístico e à vida cultural dos museus da cidade (visitantes, escolas, grupos específicos, etc.).

Esta realidade faz com que a relação *oferta/procura* cultural em contextos como os que aqui se abordaram, deva ser entendida com a devida contextualização – territorial e local -, mas não completamente desligada do ambiente cultural nacional. A falta de *continuidade* na produção de determinados eventos traduz-se na dificuldade de avaliação do *feed-back* da procura local. Além disto, alguns eventos de carácter mais “erudito” – como por exemplo a Semana Internacional de Piano e Orgão (SIPO) em Óbidos ou mesmo os “Concertos Música de Primavera” nas Caldas no mês de Abril – acabam por funcionar como “ilhas” culturais (Silva, 1998) cujo impacto a nível local é quase imperceptível. É neste sentido que a compreensão do *lugar cultural* e desenvolvimento de estratégias no sentido do alargamento do campo cultural local requerem, igualmente, princípios culturalmente pensados (Pinto, 1994) – democratizantes - e associados, tanto quanto possível à identidade e cultura local.

No entanto, vivemos num contexto mais amplo - a modernidade -, e por essa razão nestes territórios são experimentadas novas iniciativas culturais, de carácter mais exterior¹⁴, são arriscados novos voos, mostrando-nos que é possível «criar» “diferentes maneiras” de viver a tradição, a modernidade (Conde, 1998) e mesmo o património como ficou retratado com o caso de Óbidos – na (re)animação de uma procissão que permitiu a recuperação de um monumento histórico.

Em terceiro lugar, a pesquisa aponta para um outro aspecto. A tentativa de aproximação aos públicos actuais, é também uma realidade a nível local. No entanto, é um processo que exige uma nova consciência “sociopolítica” (Silva, 1994), uma abertura cultural por parte dos autarcas responsáveis. É visível o esforço desempenhado pelas autarquias locais quando se trata de alargar e fidelizar públicos e mesmo, promover a cidade ou vila em termos culturais e sociais, contudo esse esforço ultrapassa em grande medida as reais potencialidades (financeiras e humanas) da administração local. Aí, o estabelecimento de parcerias e o recurso a patrocínios tornam-se particularmente significativos, já que a concretização de muitos eventos parece depender do envolvimento e da participação activa dos agentes culturais e sociais (Pinto, 1994), para além de implicar com os meios e equipamentos culturais disponíveis do terreno.

A importância do “equipamento cultural” (Guerreiro&Rolo, 1994), no quadro das políticas culturais é, como se viu, um assunto pertinente. Embora saibamos que existe uma desigual distribuição entre os «equipamentos culturais locais» e os outros (central, regional), a verdade é que, a cada um, corresponde um determinado contexto social e cultural, caracterizado pelas suas carências e aspirações. Desmotivante é perceber que essa desigualdade existe mesmo entre contextos locais como os que aqui se observaram. Esta

¹³ Por território, adoptemos a definição de Natália Azevedo: “entende-se por *território* a superfície terrestre, apropriada por um grupo social para assegurar a reprodução e a satisfação das suas necessidades básicas...” enquanto que o «local remete para um lugar geográfico situado, referenciado, referenciável por relação a um conjunto de espaços vividos e habitados. Tem uma identidade, é apropriado, é imaginado (...). Tem conotações funcionais e simbólicas. É uma realidade histórica e cultural (...)”. Op. Cit. Pág.139

¹⁴ Refiro-me ao Festival Europeu do Chocolate em Óbidos que em Novembro de 2003 realizou a sua segunda edição.

realidade permite-nos constatar que, também, ao crescente interesse cultural das populações – resultado em parte da nova consciência patrimonial e cultural -, ainda não correspondeu uma política cultural para o *equipamento cultural*. À excepção das bibliotecas municipais e alguns museus, muito pouco tem sido feito a nível de uma política cultural dirigida às populações e aos seus interesses.

Como quarto, temos a *participação* como factor importante na democratização cultural (Pinto, 1994). O seu apelo pede, igualmente, a mesma consciência cultural, isto é, a elaboração de políticas culturais flexíveis, pensadas de acordo com a realidade cultural do país, além de uma política educativa e criativa com vista à qualificação e formação escolar/cognitiva dos indivíduos numa perspectiva de *Educação Cultural*. Nomeadamente o desenvolvimento de capacidades críticas e avaliativas. Trata-se, portanto, de não impor um modelo cultural, mas antes de proporcionar o acesso a «múltiplos paradigmas culturais», e aumentar o leque de “possibilidades de relacionamento das pessoas com a cultura” (M.E., 2000;166). O interesse pelo *cultural* depende, em última análise, da “criatividade social” e cultural dos poderes institucionalizados (locais e centrais) e da capacidade de comunicação com a comunidade civil.

Não basta suscitar a vontade de salvaguardar, conservar e preservar a memória colectiva, é necessário construir “patamares estruturantes das práticas culturais»” (Silva, 1997:45), baseados no modelo plural da procura actual tendo em conta, simultaneamente, os diferentes cidadãos (segmentos) e as diferentes maneiras de viver a cultura – local e central.

No seguimento desta questão, surge-nos o ensino artístico como um dos elementos importantes na construção de públicos para a cultura. A chamada “formação de públicos” (M.E, 2000) não deve apenas ser vista do ponto de vista escolar, isto é, na formação de públicos «habilitados» culturalmente. Pede com efeito a criação de um conjunto de sinergias capazes de formar públicos interessados, activos, interventivos e participativos e aí, o papel desempenhado pelo conjunto de agentes culturais – escolas, empresas privadas e públicas, museus, bibliotecas, etc. -, torna-se particularmente significativo. A formação de públicos passa, portanto, por uma nova visão do mercado cultural – numa perspectiva alargada de “mercado assistido” (ME, 2000), onde entrem todas as componentes do campo cultural – produtores, mediadores e públicos.

Mas, se por um lado, as decisões do poder local dependem, em grande medida, das acções e da capacidade de intervenção do poder *central*, por outro lado, é no *local* que se podem encontrar soluções e “formas de participação das populações e dos seus agrupamentos mais representativos” (Rodrigues, 1997:203). A propósito disto e como se pôde ilustrar, o trabalho desempenhado pelas associações¹⁵, é um bom exemplo do papel que este tipo de instituições pode representar num contexto local. Nelas, é visível a participação e o interesse da população em todas as acções que desenvolvem. A sua presença em eventos culturais associados directamente ou não à localidade, é o bastante para garantir níveis de adesão consideráveis sugerindo, portanto, que a sua acção/intervenção cultural a nível local pode ser tão importante como qualquer outra instituição cujos fins sejam: a promoção da cultura, a integração social, a fixação e construção de públicos culturais locais, a participação, a democratização, o desenvolvimento integrado, etc.

Como quinto, foi possível pelo trabalho realizado, reconhecer que a cultura pode - e deve -, ser utilizada como um recurso no desenvolvimento sustentado do país e que, a nível local, ganha particular importância. Para além disto, é possível conjugar diversos factores como: acção/intervenção cultural com conservação e preservação do património, animação e reanimação de rituais tradicionais com cosmopolitismo, etc. E atender ao património cultural acumulado¹⁶ destas localidades é, no fim de contas, permitir o (re)posicionamento do *lugar* cultural face às assimetrias existentes e respeitar a memória colectiva (identidade) de todos nós.

Por último, longe de ser um assunto esgotado, a problemática das políticas culturais é uma questão sempre em aberto e, por isso, pertinente e actual.

Bibliografia:

- BENAVENTE, Ana, *A Literacia em Portugal – Resultados de uma Pesquisa Extensiva e Monográfica*, Lisboa, Fundação Caluste Gulbenkian, Lisboa, 1996
- BOURDIEU, Pierre, *La Distinction – Critique Sociale du Jugement*, Les Éditions de Minuit, Paris, 1979

¹⁵ Associação Atelier Arte Expressão das Caldas da Rainha e Sociedade Musical e Recreativa Obidense.

¹⁶ Refiro-me ao conceito de *património acumulado* sugerido por José Madureira Pinto a propósito da democratização cultural – ponto 2.4.2 deste trabalho.

- ESPERANÇA, Eduardo Jorge, *Património e Comunicação – Políticas e Práticas Culturais*, Lisboa, Vega, 1997
- FEATHERSTONE, Mike, *Cultura Global – Nacionalismo, Globalização e Modernidade*, 3ª Edição, Editora Vozes, Pétropolis, 1999, pág. 7-23
- GIDDENS, Anthony, *Modernidade e Identidade Pessoal*, Celta Editora, Oeiras 1997, pág.1-29
- NEVES, José Soares, *Despesas dos Municípios com Cultura*, Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 2000
- REIS, António (coord), *Portugal 20 Anos de Democracia*, Círculo dos Leitores, Lda, Lisboa, 1994, pág. 10-104
- SILVA, Augusto Santos, *Tempos Cruzados – Um Estudo Interpretativo da Cultura Popular*, Biblioteca das Ciências do Homem, Edições Afrontamento, 1994.
- SILVA, Augusto Santos, *Cultura e Desenvolvimento – Estudos sobre o Relação entre Ser e Agir*, Celta Editora, Oeiras 2000.
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima (coord.), *As Políticas Culturais em Portugal*, Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, Novembro de 1998
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima (cood), *Cultura & Economia*, Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994
- SILVA, Raquel Henriques, SANTOS, Maria de Lourdes Lima, *Inquérito aos Museus*, Observatório das Actividades Culturais, Lisboa, 2000.
- USHERWOOD, Bob, *A Biblioteca Pública como Conhecimento Público*, Editorial Caminho, 99.
- VIEGAS, José Manuel Leite, COSTA, António Firmino, *Portugal, que Modernidade?*, Editora Celta, Oeiras, 1998

Artigos:

- AZEVEDO, Natália, “Práticas de recepção cultural e públicos de cinema em contextos cine clubísticos” in *Sociologia – revista da Faculdade de Letras – Universidade do Porto*, I Série, Vol VII, Porto, 1997, pág. 129-195
- CONDE, Idalina, “Cenários de Práticas Culturais em Portugal” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Departamento de Sociologia, nº 23, 1997, pág. 117-191
- CONDE, Idalina, “Cultura em Portugal nas Últimas Décadas”, in Jorge de Freitas Banco e Salwa Castelo-Branco (orgs), *Vozes do Povo*, Oeiras, Celta, 2001.
- FERREIRA, Vítor Matias, GUERRA, Isabel, “Identidades Sociais e Estratégias Locais” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro em Vila do Conde, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, ICS, Lisboa, 1994, pág. 299-319
- FERREIRA, José M. Carvalho, “Desenvolvimento Local e Construção de Identidades Sociais in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro em Vila do Conde, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, ICS, Lisboa, 1994, pág. 495-516
- GUERREIRO, Luís Alves, ROLO, Fernanda Pereira, “Equipamentos Culturais e Campos Culturais Locais” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro em Vila do Conde, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, ICS, Lisboa, 1994, pág. 637-657
- LOPES, João Teixeira, ANTUNES, Lina, “Novos Hábitos de Leitura: Análise Comparativa de Estudos de Caso” in *Sobre a Leitura*, Instituto Português do Livro e das Bibliotecas – Observatório das Actividades Culturais, vol.IV, 99/00, Lisboa

- PINTO, José Madureira, “ A intervenção cultural em espaços públicos”, in *Cultura & Economia – Actas do Colóquio realizado em Lisboa, 9-11 de Novembro de 1994*, coordenação de Maria de Lourdes Lima dos Santos, Lisboa, Edições do Instituto de Ciências Sociais da Universidade de Lisboa, Estudos e Investigação, nº 4, 1994, pág . 191-207
- PINTO, José Madureira, “Uma reflexão sobre Políticas Culturais” in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro em Vila do Conde, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, ICS, Lisboa, 1994, pág.767-791
- RODRIGUES, Vítor Eduardo, “A influência discreta e as estratégias relacionais no campo político local”, in *Sociologia – revista da Faculdade de Letras – Universidade do Porto*, I Série, Vol VII, Porto, 1997, pág. 197-267
- SILVA, Augusto Santos, “ Das Obrigações do Estado à Participação Civil” in *Sociologia – Problemas e Práticas*, Centro de Investigação e Estudos de Sociologia – Departamento de Sociologia, nº 23, 1997, pág.37-49
- SILVA, Augusto Santos, “O Jogo Indeciso entre Símbolos, Práticas e Políticas Culturais in *Dinâmicas Culturais, Cidadania e Desenvolvimento Local*, Actas do Encontro em Vila do Conde, Lisboa, Associação Portuguesa de Sociologia, ICS, Lisboa, 1994, pág.683-721
- SILVA, Augusto Santos, BABO, Elisa Perez, SANTOS, Helena, GUERRA, Paula, “ Agentes culturais e públicos para a cultura” in *Cadenos de Ciências Sociais*, nº 18, Fevereiro 1998, pág. 67-107
- SILVA, Augusto Santos (coord), *A educação artística e a promoção das artes, na perspectiva das políticas públicas: relatório do Grupo de Contacto entre os Ministérios da Educação e da Cultura*, 1ª edição, Coleção Educação para o Futuro, Lisboa, M.E., 2000
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima, “Questionamento à volta de três noções (a grande cultura, a cultura popular, a cultura de massas)” in *Análise Social*, volXXIV (101-102), 1998
- SANTOS, Maria de Lourdes Lima, “Deambulação pelos novos mundos da arte e da cultura” in *Análise Social*, Volume II, nºs 125-126, 1994, pág. 417-439

Bibliografia metodológica:

- MOREIRA, Carlos Diogo, *Planeamento e Estratégias da Investigação Social*, Instituto Superior de Ciências Sociais e Políticas, Universidade Técnica de Lisboa, Lisboa, 1994, pág.79-104
- LIMA, Marinús Pires, *Inquérito Sociológico - problemas de Metodologia*, Editorial Presença, Lisboa, 1981, pág. 15-19
- BELL, Judith, *Como realizar um projecto de investigação – um guia para a pesquisa em ciências sociais se da educação*, Gradiva, 1993
- SILVA, Augusto Santos, PINTO, José Madureira (orgs.), “A pesquisa de terreno em Sociologia” in *Metodologia das Ciências Sociais*, Capítulo V, Biblioteca das Ciências do Homem, edições Afrontamento, 8ª edição, 1986,